

IDEOLOGIA DO DOM E O FRACASSO DO ENSINO PÚBLICO

Alexandre de CASTRO¹
Aquilis Alves MATOS²

RESUMO

A presente comunicação tem como objetivo discutir a respeito da criação de ideologias patrocinadas pelos intelectuais a serviço da classe dominante no sentido de naturalizar a transmissão do conhecimento, por intermédio da divisão na estrutura do ensino no Brasil, entre alunos capacitados para o ensino superior e alunos não tão capazes orientados para o ensino técnico. Assim, a escola desempenha sua função como principal mecanismo para construir aceitação de uma organização social capitalista devido ao seu papel de instituição de socialização. Mediante revisão bibliográfica com referência ao estudo de Magda Soares, *Linguagem e escola Uma perspectiva social* (2002), a ideologia do dom. A conclusão do trabalho aponta para a desconstrução de ideologias que impossibilitavam o acesso às Universidades das pessoas pertencentes às classes economicamente inferiores que por diversas situações são consideradas pela escola, Estado e sociedade em geral incompetentes intelectualmente e são reprovadas em processos seletivos em todo país. Todas as pessoas possuem capacidades diversas para desenvolver trabalhos científicos desde que a educação proporcione uma formação digna para o desenvolvimento do indivíduo, ideologias de que pessoas possuam dom têm utilidade de fortalecer a falta de compromissos de governantes para melhorar o ensino e justificam a exclusão social.

Palavras-chave: Ideologia. Ensino. Dom.

INTRODUÇÃO

A escola é uma importante instituição do processo de socialização do indivíduo na sociedade, ou seja, em qualquer comunidade as instituições de ensino têm uma grande participação na estruturação, organização e na formação do indivíduo. O uso da escola com intuítos neoliberais acaba tornando o ensino um mecanismo de reprodução da desigualdade social e uma escola de treinamento de corpos doutrinados para servirem ao sistema capitalista sem qualquer questionamento de sua realidade.

Os argumentos desenvolvidos neste trabalho apontam no sentido de demonstrar contradições existentes dentro da escola. O seu papel de instituição democrática, na verdade, acaba desenvolvendo uma reprodução do sistema capitalista e de exclusão social.

¹Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho/UNESP - Câmpus de Marília/SP; Bacharel e Mestre em Direito pela Fundação “Eurípides” de Marília/SP; Professor Efetivo do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/MS - Unidade Universitária de Paranaíba/MS, adrecas@ibest.com.br

²Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/MS - Unidade Universitária de Paranaíba/MS, aquilis1987@gmail.com

A estrutura do ensino no Brasil está direcionada para a criação da mão de obra necessária para o trabalho, ao invés de capacitar os seres humanos para serem críticos, ativos e para assim atuarem em sua realidade social como seres transformadores.

O trabalho aponta para a desconstrução de ideologias que impossibilitam a formação das pessoas pertencentes às classes economicamente inferiores ao desenvolvimento do senso crítico, que por diversas situações são consideradas pela escola, Estado e sociedade em geral “incompetentes intelectualmente”. Classes sociais subalternas são reprovadas em processos seletivos em todo país por avaliações escolares.

O principal aspecto desse cenário consiste na criação e difusão da ideologia do dom reproduzida pelos educadores comprometidos ideologicamente com as classes dominantes e esses conceitos estão diretamente ligados à ideia do sucesso econômico. Uma situação pouco interessante de ser discutida do ponto de vista dos reais propósitos da classe dominante. Uma forma de escamotear o direcionamento educacional entre aqueles que irão realizar trabalho manual e trabalho intelectual.

Essa ideologia competentemente difundida no seio das classes subalternas proporciona à classe dominante ser a única porta-voz da elaboração de um sistema de ensino, da linguagem e da cultura como válidas e verdadeiras e, conseqüentemente, leva-a a patrocinar a manutenção de sua hegemonia enquanto classe detentora do poder econômico e cultural.

Situações históricas permitem a desconstrução do argumento existente na sociedade que foram aceitos e reproduzidos dentro da escola para oferecer aos alunos uma dominação cultural, formando esses alunos para a aceitação de valores com o intuito de alicerçar o sistema capitalista burguês, trata-se da ideia de dom (SOARES, 2002).

Pensando nisso, este trabalho tem por objetivo discutir a respeito da criação de ideologias patrocinadas pelos intelectuais a serviço da classe dominante no sentido de naturalizar a transmissão do conhecimento, por intermédio da divisão na estrutura do ensino no Brasil, entre alunos capacitados para o ensino superior e alunos não tão capazes orientados para o ensino técnico.

A IDEOLOGIA DO DOM E A JUSTIFICATIVA DO FRACASSO ESCOLAR

O acesso a uma escola dotada de conteúdos disciplinares capazes de fornecer elementos que decifrem os códigos sociais e intelectuais comprometidos com a emancipação do homem enquanto ser pode servir como agente revolucionário social e atenuador das injustiças sociais.

Essa ideologia baseia-se na ideia de dom, entendido como “[...] dote ou qualidade natural, inata [...]” (FERREIRA, 2004, p. 699), capacidade extraordinária que nasce com alguns indivíduos e proporciona o desenvolvimento de habilidades de forma diferenciada àqueles que a possuem. Essa ideia permeia o imaginário social e reafirma a existência de talentos pessoais para os estudos, impedindo o entendimento do papel da educação numa sociedade dividida em classes.

Avaliações de alunos no ensino somente por provas seletivas acabam criando condições para legitimar a falta de êxito de alguns deles na escola. A razão do fracasso do aluno não está no interior da escola para essa estrutura de ensino, mas direcionado para o aluno, ou seja, para o método o problema é o aluno desprovido das características inatas que o capacitam para os estudos.

Eis aí definida a ideologia do dom, segundo a qual as causas do sucesso ou do fracasso na escola devem ser buscadas nas características dos indivíduos: a escola oferece “igualdade de oportunidades”; o bom aproveitamento dessas oportunidades dependerá do dom – aptidão, inteligência, talento – de cada um” (SOARES, 2002, p. 10).

Esse dom estabelece uma falsa justificativa para alunos da classe dominada que não conseguiram galgar os “degraus” elevados da educação, responsabilizando-os como principais agentes de seu próprio fracasso, reafirmando ideologicamente sua incapacidade.

Alegando socialmente que o aluno não possui o dom para permanecer no âmbito escolar, tais argumentações, quando aliadas as oportunistas aparências, levam as classes subalternas a permanecerem em sua condição de dominada economicamente, politicamente e culturalmente.

O dom permanece em discursos com uma tentativa de se tornar uma concepção científica muito discutida em algumas áreas da psicologia para legitimar a ideia de que características individuais poderiam levar algumas pessoas ao fracasso na escola, ou até mesmo justificar a condição das diferenças sociais (SOARES, 2002).

Nesse exato ponto, cria-se dentro da escola o argumento de que o aluno é responsável pelo seu fracasso escolar por não ter condições básicas naturais do talento necessário para continuação de seus estudos. Então, dissemina-se na sociedade a visão liberal de que a escola é “para todos”, no entanto, nem todos têm dons para continuar no campo dos estudos. O ensino não é responsabilizado pelo fracasso que ocorre na classe dominada traduzida pelas desistências e reprovações escolares.

A partir daí tornam-se padrões os métodos avaliativos seletivos promovidos pelas escolas por intermédio das provas que estabelecem uma dicotomia entre os mais

“competentes ou capazes” e os “incompetentes e incapazes”. O uso de provas e notas como critérios para que os alunos possam seguir ao próximo nível escolar, ou para poder ingressar em ensino de nível superior, acaba provocando uma exclusão social do saber.

Aqueles que possuem o dom para os estudos, devidamente comprovado pelo método, seguem para a Universidade, já aqueles menos capazes, desprovidos de dom, buscam outras formas de capacitação escolar muitas vezes direcionadas apenas para o trabalho, formando um ser humano desprovido de poder ideológico político.

Por esse motivo, a escola vai manter essas provas como método seletivo de classificação dos alunos entre os “aptos” a ingressar em outro nível de ensino e os alunos direcionados apenas como mão de obra para o trabalho.

Com esses métodos de provas seletivas, criam-se estereótipos e divisões presentes hoje na sociedade, como os “menos capazes”, “fracos” e os “mais capazes”, “os fortes”. Daí a dicotomia entre o ensino público, voltado à massa popular, visto como ensino da turma dos “menos capazes”, e a turma dos “mais capazes” composta por alunos do ensino escolar privado.

No ensino público, além de todos os problemas estruturais, não se desenvolve um ensino que capacite seu corpo discente para disputar as vagas nas melhores Universidades do país. Há um incremento para o desenvolvimento com vistas ao ensino técnico, onde os estudantes possam conseguir talvez até uma suposta melhoria econômica, mas essa melhoria muitas vezes não acontece na formação cultural, intelectual e política do indivíduo.

EDUCAÇÃO FORMAL *VERSUS* EDUCAÇÃO TÉCNICA

Para os alunos “menos capazes”, a opção são as escolas que oferecem formação técnica, procuradas pelas classes subalternas dominadas que receberão qualificação para mão de obra mais especializada para desempenho das funções nas indústrias de todo o país, ocupações destinadas àqueles desprovidos de dom na sociedade brasileira.

A classe dominada em grande maioria acaba ingressando em ensino profissionalizante em virtude de sua necessidade laboral, de ajudar no orçamento familiar ou na impossibilidade financeira da família de mantê-lo na Universidade. A ideologia da existência do dom contribui na orientação dos alunos para diferentes modalidades de ensino de acordo com a sua capacidade e aptidões consideradas características individuais de cada ser humano. “A função da escola, segundo a ideologia do dom seria, a de adaptar, ajustar os alunos à sociedade, segundo suas aptidões e características individuais” (SOARES, 2002, p. 11).

A alienação ideológica da classe dominada facilita a manutenção da dominação, para que não haja problemas para a classe dominante que, dessa forma, assegura sua hegemonia “[...] algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p. 3).

Fato é que a escola pública com seu ensino fracassado faz com que grande parcela da classe dominada não consiga participar do ensino em nível superior, mantendo e legitimando a dominação da classe dominante. Em um sistema capitalista onde a força de trabalho é meio de relacionamento (troca) com a classe dominante, que detém o capital, há todo um interesse em manter o ensino fracassado para que possa haver abundância de mão de obra para assegurar a continuidade do modo de produção capitalista e a reprodução de uma sociedade não letrada politicamente. Os cargos mais elevados fornecidos às massas populares são de cursos profissionalizantes, que também são necessários para manter uma mão de obra qualificada para as indústrias brasileiras.

Os donos do capital, e por isso, donos também dos meios de produção, constituem o grupo dominante, que goza de condições materiais de vida privilegiadas; as classes trabalhadoras, que vendem sua força de trabalho aos donos do capital, constituem as classes dominadas, social e economicamente desfavorecidas (SOARES, 2002, p. 12).

Existe uma necessidade de manter essas classes socialmente desfavorecidas para manutenção do sistema capitalista e a escola desempenha o papel da reprodução da diferença social entre as classes, além de reafirmar a concepção de incapacidade da classe dominada para funções intelectuais e cargos de ações políticas e sociais.

Ao mesmo momento em que ideologias consideram a cultura da classe dominada como desprovidas de importância, essa mesma ideia predispõe que a cultura da classe dominante é superior, logo considerando a outra como algo inferior. Isso é disseminado na sociedade para justificar a pobreza provocada pelas condições econômicas e argumentar que esse problema faz parte de uma deficiência cultural, intelectual e natural que provoca o fracasso escolar da classe dominada.

A ideologia faz com que pareça normal a situação de uma grande diferença social causada pelo acúmulo de riquezas, mas ao mesmo tempo essa é a intenção da classe dominante, pois, é com o “fracasso” da classe dominada que o mercado de trabalho fortalece os privilégios da classe dominante.

Os padrões culturais das classes dominadas são considerados como uma “subcultura” avaliada em comparação com a cultura dominante, isto é, com os padrões idealizados de cultura, que constituem a cultura dos grupos sociais economicamente privilegiados. É assim que diferença se transforma em deficiência, em privação, em carência (SOARES, 2002, p. 15).

A classe dominante além de privar com métodos burocráticos a inclusão da classe dominada no conhecimento da cultura da classe dominante, ao mesmo tempo considera a cultura da classe dominada como algo inferior comparado a sua cultura, provocando assim a diferença e reafirmando-a como inapropriada e atrasada. A escola seria o mecanismo de reprodução do fracasso dos alunos das camadas populares, confirmando a presença de sua cultura deficiente, ou seja, uma visão discriminatória e de exclusão social e intelectual com relação à diversidade cultural.

Mas esta outra faceta da ideologia discriminatória não tem mais sustentação. A deficiência nada mais é do que diferença. São culturas diferentes, mas no momento em que as culturas se encontram, a cultura de linguagem dominante é considerada a única maneira de “comunicação correta”.

A organização da educação considera os padrões idealizados pela classe dominante como únicos verdadeiros. Impondo a sua cultura, criando rótulos de cultura superior e cultura inferior, pelos padrões de competência e incompetência. Os alunos abençoados pelo dom são merecedores de ocupar as vagas no ensino superior em detrimento das classes dominadas e inferiorizadas por toda essa ideologia. A ideologia disseminada provoca uma grande exclusão social. A ideia é sustentada por intelectuais comprometidos com a classe dominante, com o seu modo de impor a manutenção do poder e sua visão de mundo partindo do pressuposto etnocêntrico de que sua linguagem cultural é superior, única e correta.

Para Gramsci, a atividade de educação das massas é realizada, sobretudo através da mediação dos “intelectuais”, isto é, dos indivíduos que organizam e difundem a concepção de mundo de uma classe social que, emergindo no terreno da produção econômica, procura exercer seu governo sobre a sociedade (DORES, 2000, p. 191).

Tais ideologias são mantidas na sociedade por estudiosos (intelectuais) que trabalham em função da manutenção do sistema capitalista, ou seja, para manter o sistema capitalista é necessário que possa haver uma dominação cultural ideológica e os “[...] intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 21).

A escola pública é um excelente mecanismo para dominação das massas populares em uma sociedade, pois o ser humano desde criança passa pelo processo de socialização - a

escola é uma das principais instituições para a perpetuação de valores - que contam com a colaboração dos “intelectuais” a serviço dos capitalistas.

Na sociedade formada pela divisão de classes, os subalternos recebem formação escolar com intuito de exercerem funções de natureza técnicas, por esse motivo o ensino público não desenvolve, na maioria dos casos, a formação de um jovem crítico sobre sua realidade presente já que um jovem crítico pode começar a questionar o mundo existente e querer até mesmo transformá-lo.

O grande movimento reorganizador da escola, que teve lugar no final do século XIX, põe em evidências que a burguesia não tem sustentado uma prática de educação popular. Ao contrário, pressionada pelas exigências da produção econômica e /ou do exercício da hegemonia, a classe dominante se vê compelida a elevar o nível cultural das massas populares (DORES, 2000, p. 193).

Mas é claro que essa “elevação” do nível cultural tecnicista da massa popular, por introdução de ensinamentos técnicos no Brasil, tem como objetivo elevar a população de uma forma que as pessoas acompanhem as mudanças tecnológicas do mercado de trabalho e ao mesmo tempo não promovam elevação de autonomia política. O Estado não edifica uma escola e um ensino que possam propiciar reflexões no interior das classes subalternas a respeito de sua condição social e de seu papel na sociedade em que vivem. Uma proposta nesse sentido pode criar ambiente favorável para reflexões, provocando mudanças radicais nos grupos sociais e até mesmo a queda de uma ordem estabelecida que sirva à classe que está no poder.

Toda atividade escolar e a forma de organização da educação é feita pela mediação dos intelectuais, ou seja, são os intelectuais a serviço da dominação social que exercem a função de estabelecer e manter a ordem da estruturação social, de uma forma que a classe dominada possa entender que a escola é para o povo e não “contra o povo”.

O sistema educacional no Brasil está comprometido com uma formação de acordo com as perspectivas do sistema capitalista mundial, ou seja, a educação é mecanizada e os alunos pertencentes à massa popular são inseridos em um meio distante de sua realidade e, quando desistem de seus estudos, a sociedade entende que a culpa é dos alunos e não do sistema escolar oferecido ao indivíduo.

No Brasil, essa ideia de dom está muito vigente ainda no campo escolar. Tal ideia reforçou, e muito, a ideologia dos despossuídos de tais atributos levados à desistência escolar, às notas consideradas insuficientes e às reprovações. Essas argumentações transferiram a culpa do fracasso para o aluno e isso fez com que a escola do Estado burguês dissimulasse seus propósitos com relação à educação.

A dominação acontece em virtude deste sistema educacional que acaba reproduzindo os fracassos escolares e assim mantém a mão de obra assalariada para exploração capitalista. Por outro lado, quando a escola diz que o aluno não possui dons, não é inteligente, ela estimula o aluno a se conformar com sua carência e a não questionar, mas obedecer às argumentações ideológicas estabelecidas e criadas com funções políticas dominadoras.

CONCLUSÃO

Existem, na educação, ideologias que erigiram uma visão de que umas pessoas nascem mais avançadas intelectualmente do que outras.

Essas ideias foram criadas para embasar o fracasso escolar da massa popular, desvalorizando o conhecimento cultural linguístico que o aluno adquiriu com o processo histórico de sua formação. O fato é que o modo de produção capitalista necessita de uma educação diferenciada para continuar seu acúmulo de mão de obra trabalhista, concebendo a necessidade de estabelecer uma educação voltada para o desenvolvimento técnico-educacional que, em sua maioria, é destinada às classes subalternas e, em contrapartida, uma educação destinada à produção do controle do conhecimento é sempre reservada à classe dominante.

Com os intelectuais burgueses organizando o currículo escolar, inserindo provas como métodos seletivos para justificar se o aluno é capaz de seguir caminho nos estudos e com esses alunos da classe popular já com um ensino considerado insuficiente pela escola, estes acabam sendo reprovados e declarados como incapazes.

Surgem então teorias de que alguns alunos são naturalmente inábeis intelectualmente para seguir em campos mais elevados da educação. Promovendo assim uma dominação justificada intelectualmente, esses intelectuais burgueses criam com suas teorias várias formas de aceitação social da suposta deficiência escolar, estabelecendo a naturalização e a exclusão social do ensino.

A criação desses valores assim como das ideologias do dom que entendem que algumas pessoas nascem com dons para os estudos, acaba gerando ideologias que levam a crer que pessoas que não conseguiram, ou, não dispõem desse talento naturalmente. Essa crença estabelece um ideal de que algumas pessoas não possuem intelecto suficiente para serem cidadãos com formação em níveis mais elevados da educação na sociedade. Isso nos faz acreditar e naturalizar que algumas pessoas são inferiores e outras superiores.

As escolas que deveriam desconstruir as ideologias de exclusões sociais, na verdade, acabam reforçando-as. Existe uma língua considerada padrão e a outra incoerente, atribuindo a origem do problema nas diferenças culturais que influenciam na língua. A qualquer linguagem considerada dialeto e que não couber no padrão dominante linguístico é atribuída estereótipos como incorreta ou insuficiente para a acessão social educacional.

Essa ação promove a exclusão e a negação da diferença, pois ao mesmo tempo considera a diferença como uma deficiência do indivíduo, provocando a marginalização dos grupos dominados que com sua língua considerada incorreta ficam sem poder de voz político, o que acaba desarticulando e desvalorizando qualquer articulação política dos grupos sociais dominados.

A língua se transforma a todo o momento, mas é considerada uma linguagem verdadeira, correta somente a oferecida pela classe dominante vigente, criando-se essas supostas desigualdades intelectuais, sociais, culturais e até mesmo, econômicas.

A escola tem o papel de inclusão, de transformação social, cultural e política na sociedade. Para assim promover o conhecimento das camadas populares e proporcionar um desenvolvimento social em todo o país, o papel da escola é conceber um ensino inovador tornando o ser humano atuante em sua própria história, para assim a sociedade ser formada por uma verdadeira democracia política.

IDEOLOGY OF GIFT AND PUBLIC EDUCATION OF FAILURE

ABSTRACT

This article aims at discussion about the creation of ideologies sponsored by intellectuals in the service of the ruling class in order to naturalize the transmission of knowledge, through the division in the structure of education in Brazil, including students qualified for higher education and students not as capable oriented technical education. Thus, the school plays its role as the main mechanism to build acceptance of a capitalist social organization because of its role socialization institution. Through literature review with reference to the study of Magda Soares, *Language and school A social perspective* (2002), the ideology of the gift. The completion of the work points to the deconstruction of ideologies that prevented access to Universities of people belonging economically lower classes who for various situations are considered by the State and society, in general, intellectually incompetent and they are deprecated in selective cases throughout the country. All people have different capacities to develop scientific work, since the education provides a decent training for individual development, ideologies that people have gift are useful to strengthen the lack of commitment of governments to better teaching and justify social exclusion.

Keywords: Ideology. Education. Gift.

REFERÊNCIAS

- DORES, R. S. **Gramsci, o Estado e a escola**. Ijuí, RS: Unijuí, 2000.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba, PR: Positivo, 2004.
- GRAMSCI. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2004. V.2.
- GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1978.
- SOARES, M. **Linguagem e escola, uma perspectiva social**. São Paulo, SP: Ática, 2002.

Recebido em 21 de outubro de 2014.

Aceito para publicação em 10 de março de 2015.